

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A JUSTIÇA ELEITORAL COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA	25
2.1. Direitos políticos: da fundamentalidade à restrição	25
2.2. Democracia	42
2.3. Justiça Eleitoral	53
2.4. Bens jurídicos eleitorais	64
2.5. Direito sancionador eleitoral.....	79
2.6. Contencioso judicial eleitoral	96
3. CONTRAMAJORITARIEDADE E JUSTIÇA ELEITORAL ..	107
3.1. O caráter contramajoritário das decisões da Justiça Eleitoral	107
3.1.1. Entre procedimentalistas e substancialistas: uma breve visão dos fundamentos teóricos do caráter contramajoritário das decisões sancionatórias proferidas pela Justiça Eleitoral	107
3.1.2. Os elementos de referência do processo eleitoral: o registro e o diploma.....	119
3.2. As decisões judiciais eleitorais e os vetores de crise de fundamentação.....	122
3.2.1. As inconsistências estruturais: a inexistência de quadro próprio de magistrados; os biênios; a composição dos tribunais.....	127

3.2.2. A ausência de um direito processual eleitoral	133
3.2.3. A questão das circunstâncias eleitorais	139
3.3. Uma análise crítica das decisões sancionatórias contramajoritárias da Justiça Eleitoral	142
4. ELEMENTOS PARTICULARES DAS DECISÕES ELEITORAIS.....	147
4.1. A aplicação subsidiária do CPC: a Res.-TSE nº 23.478/2016	150
4.2. O artigo 23 da Lei Complementar nº 64/1990.....	157
4.3. Os conceitos jurídicos indeterminados	170
5. MÉTODO DE ESTRUTURAÇÃO DE UMA DECISÃO SANCIONATÓRIA CONTRAMAJORITÁRIA ELEITORAL.....	177
5.1. Critérios de conformação democrática da decisão de cassação de mandato: os limites estruturais.....	177
5.2. Os limites estruturais das decisões de cassação de mandato	184
5.2.1. A pretensão deduzida em juízo: <i>causa petendi</i> no Direito Eleitoral.....	186
5.2.2. A tipologia dos ilícitos eleitorais: dos conceitos jurídicos indeterminados à subsunção.....	195
5.2.3. Os bens jurídicos e a conformação material dos ilícitos eleitorais (o espaço de atuação judicial)	225
5.2.4. O regime da responsabilidade eleitoral.....	258
5.2.5. Sanção eleitoral (e o espaço de atuação judicial)	276
6. CONCLUSÃO	295
REFERÊNCIAS	301